

# FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL



## ATA DA 4ª REUNIÃO DE 2020 DO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2020, VIA APLICATIVO ZOOM.

**PARTICIPANTES:** A Coordenadora *ad hoc* do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, Econ. e Vice-Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Econ. Denise Kassama Franco do Amaral; a Conselheira do Conselho Federal de Economia (Cofecon) Maria Auxiliadora Sobral Feitosa; a representante da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Cristina de Araújo; os representantes da ANFIP, Vilson Antonio Romero e Ludmila; o representante da Associação dos Servidores do IPEA, José Celso Cardoso; o representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização - Fenarfirc e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União – Sindilegis, Ogib Teixeira; a representante da Força Sindical, Ruth Coelho Monteiro; o representante do Conselho Regional de Economia da 11ª Região – DF, Gilson Duarte; o representante da União Sindical dos Trabalhadores - UST, Carlos Borges; o representante do Conselho Federal de Psicologia, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos; a representante do PT-DF, Mariza Garcia Borges; o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Rogério Nunes; a representante da Cáritas Brasileira, Yukie Almeida; o representante da Federação Nacional dos Economistas – Fenecon, Daniel Soares Passos; a representante da Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Natália Duarte; a representante do GTPA – Fórum EJA/DF, Maria Luiza Pereira; o representante do INESC, José Antônio Moroni; o representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça Federal, Luiz Antonio Colussi; e o jornalista da Anamatra, Weslei Almeida. Participaram, ainda, pelo Cofecon, a Superintendente, Aline Tales Ferreira; a Coordenadora, Ana Cláudia Ramos Pinto; e os Assessores Jane Lopes da Silva, Keliane Souza de Jesus, Natália Lepsch Kenupp Batista e Raphael Pacheco Filho. **ABERTURA DA REUNIÃO:** Às 14h59 (quatorze horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10 (dez) de setembro de dois mil e vinte, em Brasília-DF, a Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise Kassama Franco do Amaral, abriu os trabalhos da reunião, iniciada com o item 1. **Leitura da ata da 3ª Reunião de 2020.** Leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião de 2020, realizada no dia 30 de julho de 2020, via aplicativo Zoom. Aprovada por unanimidade. **2. Informes da Coordenadora.** A Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise Kassama Franco do Amaral, divulgou as atividades do mês do economista cidadão realizadas pelo Conselho Federal de Economia e a parceria com a Cáritas Brasileira. **2.1 Justificativas de ausências.** O Padre Thierry Linard, da CNBB, informou impossibilidade de participação em razão de reunião com o GT de análise de conjuntura da CNBB; Eduardo Zanatta, da CSP Conluntas, informou impossibilidade de participação; Lucas Benevides, do MAS (Movimento Acorda Sociedade), informou impossibilidade; Max Leno, do DIEESE, e Ismael César, da CUT, estão impossibilitados por motivos de saúde; Ogib Teixeira, representante da SINDILEGIS / FENAFIRC, informou que teria um evento antes da reunião do Fórum e talvez não conseguisse participar. Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, informou impossibilidade devido a outros compromissos no mesmo horário, agradeceu o convite e enviou votos de sucesso. O Coordenador do Fórum, Wellington Leonardo da Silva, teve problema na conexão, por essa razão não pode coordenar a reunião. **2.2 Informes dos participantes.** A representante da Auditoria Cidadã da Dívida completou 20 (vinte) anos de atividade no mês de agosto do corrente ano. A representante da Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Natália Duarte, informou que a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas tem interesse de integrar ao Fórum. **3. Seminário Virtual Eixo 4 – Reforçar a função Social do Estado.** O representante do Conselho

## FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

48 Regional de Economia da 11 Região – DF, Gilson Duarte, apresentou a proposta para a realização do webinar  
49 nos dias 01, 08 e 15 de outubro de 2020, horário das 17h às 18h30, por meio do aplicativo Zoom, transmitido  
50 pelo canal do Cofecon no Youtube, com os seguintes temas e palestrantes: Dia 01/10 Tema 1 –  
51 Responsabilidades institucionais, fontes e repartição dos recursos públicos entre os entes federativos,  
52 Debatedor: Evilásio Salvador – 40 minutos, Mediador: Wellington Leonardo da Silva – 5 minutos e Fundações  
53 dos Partidos Políticos – 10 minutos cada; Dia 08/10 Tema 2- A dicotomia público x privado nas políticas  
54 públicas da área social, Debatedor: Ladislau Dowbor – 40 minutos, Mediadora: Maria Luiza Pereira – 5  
55 minutos, Fundações dos Partidos Políticos – 10 minutos cada; Dia 15/10 Tema 3 – Planejamento, gestão dos  
56 fundos públicos e organização do sistema nacional (União, Estados, Municípios) de atendimento das  
57 necessidades e demandas sociais. Debatedor: Eduardo Fagnani – 40 minutos, Mediador: INESC – 5 minutos,  
58 Fundações dos Partidos Políticos – 10 minutos cada. A representante do GTPA – Fórum EJA/DF, Maria Luiza  
59 Pereira, apresentou o objetivo do Webinar: Eixo 4 – Função Social do Estado, dizendo: *“Formulação de  
60 propostas e estratégias para a redução da desigualdade social tendo em vista orientar e aperfeiçoar a ação  
61 dos órgãos e entidades do setor público, com ênfase na gestão municipal, no atendimento das funções sociais  
62 estabelecidas pela Constituição Federal como de responsabilidade do Estado brasileiro. Nesta conjuntura  
63 brasileira adversa, de alta concentração de renda e conseqüente agravamento das desigualdades sociais,  
64 conjugada às reformas administrativa, trabalhista e previdenciária com perdas de direitos dos trabalhadores  
65 e ameaça à prestação de serviços públicos, a vigência da Emenda Constitucional nº 95 de cortes de “gastos”  
66 com educação, saúde e segurança pública, por 20 anos, efetivando o desmonte do Estado na oferta de serviços  
67 públicos, impõe para administração municipal sua quase inviabilidade. Diante desta realidade, o pacto  
68 construído entre as forças políticas em disputa por contraditórios projetos de país, que gerou a Constituição  
69 Federal de 1988, exige recomposição com reordenamento jurídico institucional, que garanta prioridades  
70 estratégicas por um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a administração municipal poderá dispor de  
71 fundos de investimento para integração econômica campo-cidade e efetivar suas atribuições específicas na  
72 implementação de infraestrutura pública de saneamento básico, água, energia, transporte, assim como, a  
73 oferta de serviços públicos de qualidade social na educação, saúde e segurança pública, inclusive, com gestão  
74 consorciada em alguns setores.”* Foi proposto convidar para as mesas do webinar os representantes das  
75 Fundações dos Partidos Políticos progressistas, sendo eles: - Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, do  
76 PSOL; - Fundação João Mangabeira, do PSB; - Fundação Leonel Brizola Alberto Pasqualini, do PDT; -  
77 Fundação Maurício Grabois, do PCdoB; - Fundação Perseu Abramo, do PT; e - Fundação Ordem Social, do  
78 PROS. A representante da Força Sindical, Ruth Coelho Monteiro, apresentou proposta contrária, sugerindo  
79 convidar todos os partidos para compor a mesa do webinar, e não somente os progressistas. Após discussão,  
80 as propostas foram colocadas em votação tendo obtido o seguinte resultado: Proposta 1 – Grupo de Trabalho  
81 Eixo 4, convidar as fundações dos partidos progressistas teve 10 (dez) votos favoráveis, sendo vencedora, e a  
82 Proposta 2 – a representante da Força Sindical, Ruth Monteiro obteve 5 (cinco) votos favoráveis. O  
83 representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça Federal, Luiz Antonio Colussi, absteve-se  
84 de votar. **4. 2ª edição da revista Justiça Social.** A Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise  
85 Kassama Franco do Amaral, apresentou a prestação de contas da segunda edição da revista Justiça Social. Foram  
86 confeccionados 5.000 (cinco mil) exemplares, os quais estão sendo distribuídos entre os membros do Fórum.  
87 Valores arrecadados: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais); Custo da revista: R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos  
88 e vinte reais), ficando um saldo em conta de R\$ 3.623,41 (três mil seiscentos e vinte e três reais e quarenta e um  
89 centavos). **5. Texto Renda Mínima.** A Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise Kassama  
90 Franco do Amaral, informou que foi enviado no dia 14 de agosto o Ofício Circular nº 89/2020, o qual  
91 solicitou posicionamento dos membros deste Fórum sobre o texto. Algumas respostas foram recebidas, tais  
92 quais: - AFIPEA – Concorda com o texto; - CTB – Concorda com o texto; - UST Concorda com o texto; -  
93 CNBB, mencionou: *“O texto com proposta de renda mínima está muito bom e acho que bate com o espírito*

## FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

94 do PACTO PELA VIDA E PELO BRASIL”. Citou: “Em tempos de calamidade pública, tornam-se inadiáveis  
95 a atualização e ampliação do Bolsa Família; a rápida distribuição dos benefícios da Renda Básica, bem como  
96 a sua extensão pelo tempo que for necessário para a superação dos riscos de saúde e sobrevivência da  
97 população mais pobre”; - ANFIP, sugere: “Está muito bom. Só pequeníssimos erros. Na última linha  
98 maiúscula para o b de Básica; ou minúsculo para o r de Renda. No sétimo parágrafo, segunda linha. Se,  
99 (vírgula) e por outro, (vírgula). No parágrafo 10º, possa não ser, ao invés de seja. E auxiliando à (craseado)  
100 e falta o que antes de receberam”; - Força Sindical – Concorda com o texto; - Cáritas sugere: “Nosso acréscimo  
101 se dá em função de que a renda básica auxiliará também no fortalecimento dos empreendimentos de economia  
102 solidária, desde que sejam definidos critérios, entre eles o cadastro no sistema de economia solidária -  
103 IDCADSOL para que as pessoas que trabalham nos grupos/cooperativas/associações sejam também  
104 beneficiadas”; - GTPA-Fórum EJA/DF sugere analisar o texto na próxima reunião do fórum. “Como  
105 representante do GTPA-Fórum EJA/DF sugiro que a minuta de NOTA “Em defesa da renda básica para a  
106 promoção da cidadania”, cuja apreciação foi solicitada pelo Of.Circ.nº0089/2020/Cofecon de 14/08/2020  
107 com prazo até 25/08 pp., seja ponto de pauta na próxima reunião do dia 10/08/2020, após a proposta do  
108 webinário”; - ANPAE sugere: “Isso possibilitará que o beneficiário de hoje possa não SER o beneficiário de  
109 amanhã, auxiliando assim a emancipação das pessoas QUE RECEBEREM a renda básica, a sua entrada no  
110 mercado, tanto por meio de oferta de mão de obra quanto por meio de atividades empreendedoras, fazendo  
111 com que a renda básica se torne um elemento de transição e consolidação das políticas de Assistência Social,  
112 promovendo assim a cidadania (ao invés do assistencialismo). Tiraria essa parte em parêntese”; - INESC:  
113 “Nós do INESC temos profundas discordâncias com as concepções apresentadas pelo texto. Não entendemos  
114 que as políticas sociais sejam para as pessoas que “aquela pobreza que não pode ser definitivamente  
115 diminuída pelos efeitos benéficos da estabilização econômica”. Esta concepção, no nosso entendimento, é a  
116 base do estado mínimo, onde as políticas sociais são residuais e para aqueles que não estão inseridos no  
117 mercado de trabalho. Para quem está, compra no mercado da saúde, da educação etc, para nós o sistema de  
118 proteção social tem que ser pensado como patamar de bem-estar social que queremos como sociedade e quem  
119 deve garantir este patamar, para todos e todas, é o Estado. E não dividir a sociedade em quem pode comprar  
120 as suas necessidades no mercado e quem não pode... O texto é todo permeado por esta concepção que  
121 discordamos. Discordamos também dos itens 9 e 10 que demonstram desconhecimento do que seja a política  
122 pública de assistência social, o SUAS. Discordamos também da ideia que a emancipação seja associada à  
123 entrada no mercado de trabalho. É olhar a vida apenas por um aspecto”. Encaminhou o documento  
124 "caminhos para a renda básica permanente" da campanha A renda básica que queremos, que o INESC é uma  
125 das organizações que coordena. - Gilson Duarte, respondeu: “O texto está excelente. Sugiro, no entanto, a  
126 inclusão de proposta de fontes de financiamento para o programa de renda mínima: taxa de super-ricos,  
127 imposto sobre a riqueza e patrimônio, fim da isenção do IRPF sobre dividendos, novas alíquotas do imposto  
128 de renda. Tudo isto sem onerar as classes de renda média e média-baixa já sobrecarregadas pelos impostos  
129 indiretos. A riqueza e a pobreza são faces da mesma moeda, a primeira determinando a segunda. Desta forma,  
130 não é possível estabelecer medidas redistributivas consequentes sem atacar os determinantes da concentração  
131 da renda e da riqueza que atinge níveis absurdos no nosso país”. O representante do INESC, José Antonio  
132 Moroni, sugeriu encaminhar a todos os membros do Fórum os demais posicionamentos sobre o texto renda  
133 mínima. A Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise Kassama Franco do Amaral, concordou  
134 e solicitou à equipe de apoio a socialização de todas as respostas. **6. Pedido de Apoio Auditoria Cidadã**  
135 **da Dívida e CUT.** A Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Economista Denise Kassama Franco do Amaral,  
136 apresentou pedidos de apoio ao Fórum Nacional pela Redução pela Desigualdade Social, sendo eles: -  
137 Auditoria Cidadã da Dívida solicitou que o Fórum reforce o pedido de audiência com os ministros do STF  
138 para tratar da ADI 6417. Apoiado pela maioria dos membros o envio do documento, com abstenção da  
139 representante da Força Sindical, Ruth Monteiro; - CUT – solicitou que o Fórum envie um ofício ao Ministro

## FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

140 da Economia reafirmando a agenda das Centrais. Apoiado pela maioria dos membros o envio do documento,  
141 com abstenção do representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Órgãos Públicos  
142 Federais de Fiscalização - Fenarfirc e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de  
143 Contas da União – Sindilegis, Ogib Teixeira. **7. Outros assuntos.** Não houve. **Encerramento.** A  
144 Coordenadora *ad hoc* do Fórum, Denise Kassama Franco do Amaral, agradeceu a presença de todos e, nada  
145 mais havendo a tratar, às 16h25 deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a  
146 presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela coordenadora da reunião. Brasília, dez  
147 de setembro de dois mil e vinte.

148

149

150

151

152

153 **Econ. Denise Kassama Franco do Amaral**  
154 Coordenadora *ad hoc* do Fórum Nacional

**Jane Lopes da Silva**  
Secretária *ad hoc*